



Correio Manhã

09-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 2416 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5





FARSA NA JUSTIÇA

DESPACHO | CONCLUSÕES POLÍTICAS

Os procuradores tiraram algumas conclusões políticas, ao referirem que a recuperação do material assumia um papel muito importante na imagem do governo, numa altura em que "estava na agenda a tragédia dos incêndios que levaram à demissão da ministra da Administração Interna".

TENSÃO NA JUSTIÇA

Costa recusa explicar Tancos perante o juiz

TÂNIA LARANJO/DEBORA CARVALHO

António Costa disse ao Conselho de Estado que aceitava dar explicações sobre o caso de Tancos, mas apenas se o depoimento fosse escrito. O primeiro-ministro não quer depor em tribunal, presencialmente, mas Carlos Alexandre não desarma. Na terça-feira, notificou o advogado de Azeredo Lopes, Germano Marques da Silva, para que se pronunciasse sobre a posição do primeiro-ministro, que apenas aceitou responder a perguntas. Deixou claro qual era a sua própria posição - o esclarecimento da verdade - mostrando a sua estupefação por a terceira fi-

PRIMEIRO-MINISTRO FALTA A CERIMÓNIA DE ABERTURA DO ANO JUDICIAL

gura do Estado não se disponibilizar para ir ao Tribunal Central. A tensão entre poder político e Justiça mantém-se - Costa na segunda-feira nem sequer marcou presença na abertura do ano judicial - com Carlos Alexandre a pautar o seu despacho pela ironia. Pede desculpa se parece "atrevido", por insistir em ouvir o primeiro-ministro, e diz que não quis ferir a "tradição" ou qualquer "prerrogativa" dos governantes. Acrescenta o magistrado que também tem noção da dignidade que o cargo exercido por António Costa merece. Mas que todos são iguais perante a Lei e que, tal como escrevia Marcelo Rebelo de Sousa, enquanto professor de Direito, "Portugal é uma república soberana, empenhada na construção de uma sociedade justa, livre e solidária". Carlos Alexandre continua.

PORMENORES

Porta fechada

A instrução vai decorrer à porta fechada, por decisão do juiz de instrução. Só o debate instrutório será público.

Prazos apertados

O processo tem prazos apertados, porque há presos preventivos. Carlos Alexandre lembra-o no pedido que faz ao Conselho de Estado.

Sai em silêncio

Vasco Brazão foi dos poucos arguidos que ontem compareceu em tribunal, mas manteve-se em silêncio à saída.

DIRETOR DO DCIAP TRAVOU INQUIRIÇÕES

Victor Magalhães, procurador que também foi chamado a testemunhar em tribunal, queria ouvir António Costa no inquérito, mas foi travado pelo diretor do DCIAP, Albano Pinto. ●

As decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades, públicas e privadas, e é função de um magistrado administrar a Justiça e fazer executar as suas decisões.

Pede, depois, ao advogado de Azeredo Lopes - que lembra ter sido um dos autores do Código de Processo Penal - para também dar a sua opinião. E para explicar porque é que é tão importante ouvir Costa nesta fase do processo. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



INSISTÊNCIA ♦ Carlos Alexandre não desarma e pede desculpa por ser "atrevido"
OUVIDO ♦ Magistrado cita Presidente da República enquanto jurista e lembra que as decisões dos tribunais têm de ser cumpridas



A investigação ao furto e aparecimento das armas foi realizada pelo DCIAP

Acusação diz que ex-ministro sabia mas nada fez

O Ministério Público (MP) diz que, 15 dias antes do 'achamento' das armas, o ex-ministro da Defesa, Azeredo Lopes, sabia o que estava a ser preparado e nunca informou o MP, nem a PJ. E mais, segundo a acusação, aprovou louvores a militares da PJM. ●

ADVOGADO | **QUEIXA-SE DA SALA**

Miguel Matias, que defende o arguido Hugo Santos, criticou ontem as condições de trabalho na sala do Tribunal Central de Instrução Criminal, onde é realizada a instrução. Entre outros aspetos, o advogado considera que o espaço é manifestamente insuficiente para acomodar todos os intervenientes.

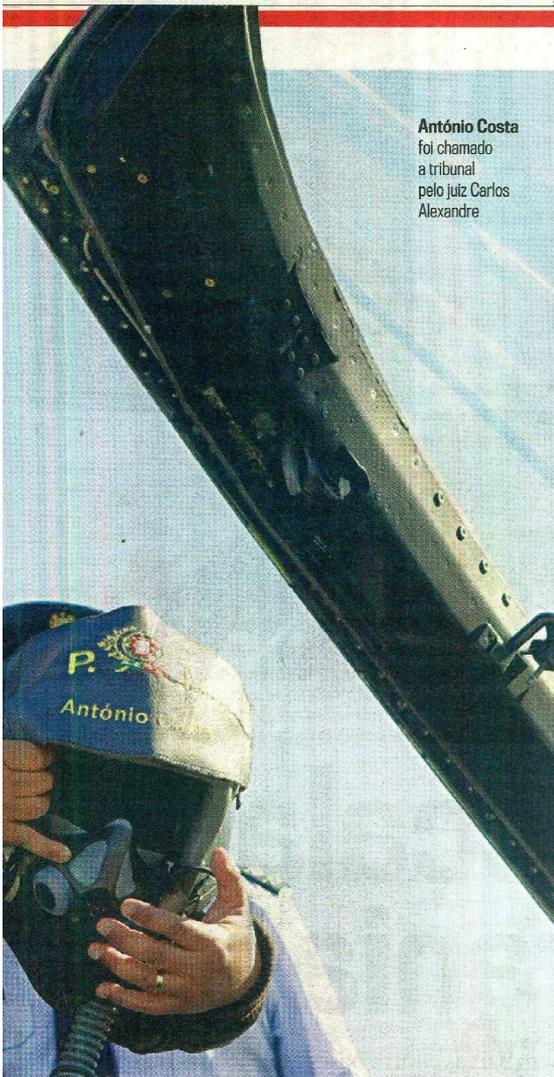


FURTO | **JUNHO DE 2017**

O MATERIAL DE GUERRA DOS PAÍÓIS NACIONAIS DE TANCOS DESAPARECEU EM JUNHO DE 2017. REAPARECEU TRÊS MESES DEPOIS, NUM ALEGADO PLANO TRAÇADO PELA PJM.

OUVIDO | **EX-DIRETOR DA PJ MILITAR**

Luís Vieira, ex-diretor da Polícia Judiciária Militar e um dos principais arguidos do processo, vai ser interrogado na próxima terça-feira. Já em fevereiro, no dia 3, será a vez de Azeredo Lopes apresentar a sua defesa ao juiz Carlos Alexandre. O ex-ministro da Defesa está acusado de quatro crimes, entre eles denegação de justiça.



António Costa foi chamado a tribunal pelo juiz Carlos Alexandre

Arguidos preferem ficar em silêncio

❑ Válder Abreu e Jaime Oliveira, os dois arguidos que foram ontem chamados a tribunal pelo juiz Carlos Alexandre, não quiseram prestar declarações. A sessão da tarde acabou por ser adiada. ●

Superjuiz chama os 23 acusados

❑ A instrução do processo de Tancos continua hoje com a inquirição de mais arguidos. O juiz Carlos Alexandre agendou a inquirição dos 23 arguidos até meados de fevereiro. Alguns não querem falar. ●



Carlos Alexandre é o juiz

Assalto termina com 'guerra' de polícias

❑ A acusação do Ministério Público sustenta que o caso, que começou num assalto a Tancos, se complicou depois da PJ Militar ter participado na encenação da descoberta, apenas para passar a perna à PJ. ●



Paíóis de Tancos foram assaltados em meados de junho de 2017

Mentira dos militares atrasou a captura

❑ Terá sido por uma questão de orgulho ferido - ao verem a PJ no terreno - que os membros da PJ Militar agiram, numa perspetiva de camuflar a própria atuação. O Ministério Público (MP) não tem dúvidas de que tudo isto, ou seja, o plano traçado por altas patentes da GNR e da PJ Militar para ence-

cantes de droga e alguns deles de armas. João Paulino, arguido, seria o alegado cabecilha da trama. Assim como António Laranjinha - o homem com ligações ao tráfico internacional de armas. Ao todo são 23 os acusados num despacho com quase 500 páginas. Em causa estão os crimes de associação criminosa, tráfico de armas, falsificação de documentos, abuso de poder e denegação de justiça.

FURTO DAS ARMAS ACONTECEU QUASE DE FORMA "FORTUITA"

nar o achamento do material furtados, atrasou e adiou em vários meses a captura dos assaltantes. O furto das armas aconteceu quase de forma "fortuita". Não foi, segundo o MP, encomendado.

Os alegados dez suspeitos do furto eram conhecidos trafi-

O juiz Carlos Alexandre, a quem cabe liderar a fase de instrução do processo de Tancos, vai avaliar os indícios e as provas recolhidas pelo MP para sustentar a acusação. O juiz de instrução vai ouvir as defesas e dizer se o caso segue para julgamento nos exatos termos da acusação pública. ●



Luís Neves lidera a Judiciária

Diretores da PJ chamados a depor

❑ O diretor nacional da Polícia Judiciária, Luís Neves, o diretor adjunto da PJ, João Melo, e um dos procuradores que investigou o caso de Tancos, Vítor Magalhães, também vão ser ouvidos como testemunhas a 19 de fevereiro, segundo o último despacho do juiz. ●



Vasco Brazão, ex-porta-voz da PJM, está acusado de associação criminosa

Vasco Brazão foi a tribunal para ouvir restantes arguidos

❑ Vasco Brazão, ex-porta-voz da PJM, esteve ontem em tribunal para assistir à 1ª sessão. Foi um dos arguidos a pedir a abertura da fase de instrução. Está acusado de associação criminosa, tráfico de armas, denegação de justiça e prevaricação, entre outros crimes. ●